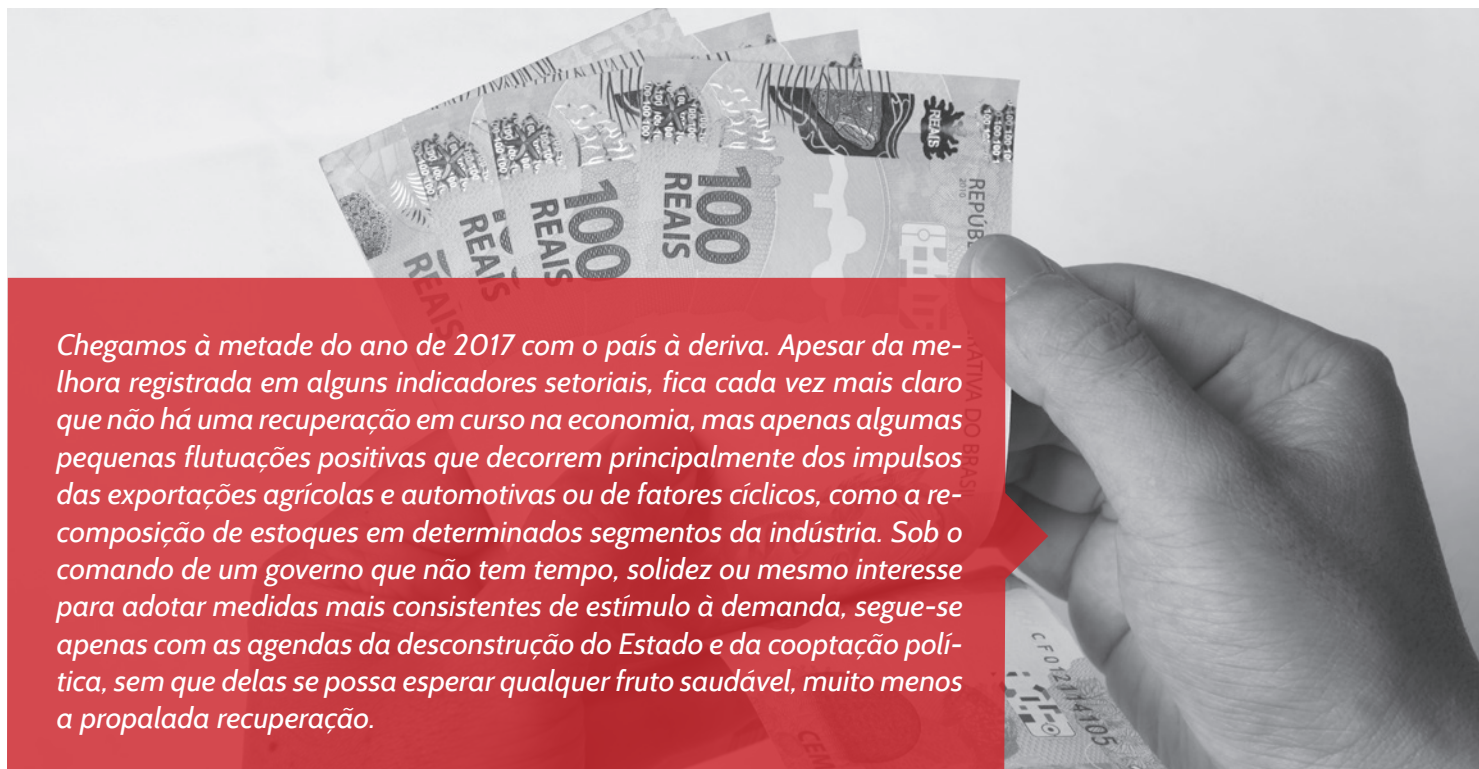


# ECONOMIA



*Chegamos à metade do ano de 2017 com o país à deriva. Apesar da melhora registrada em alguns indicadores setoriais, fica cada vez mais claro que não há uma recuperação em curso na economia, mas apenas algumas pequenas flutuações positivas que decorrem principalmente dos impulsos das exportações agrícolas e automotivas ou de fatores cíclicos, como a recomposição de estoques em determinados segmentos da indústria. Sob o comando de um governo que não tem tempo, solidez ou mesmo interesse para adotar medidas mais consistentes de estímulo à demanda, segue-se apenas com as agendas da desconstrução do Estado e da cooptação política, sem que delas se possa esperar qualquer fruto saudável, muito menos a propalada recuperação.*

## Nível de atividade

Com a divulgação neste mês de junho de uma série de dados relativos ao último mês de abril, o mais recente número do IBC-Br (indicador antecedente do PIB calculado pelo Banco Central) aponta para um tênue crescimento de 0,28% entre março e abril do ano corrente (depois de uma queda de 0,4% no mês anterior) e ainda uma queda de 2,66% quando considerado o acumulado nos doze meses sob o comando de Temer.

Na tabela abaixo, apresentam-se os principais indicadores disponíveis que ajudam a compreender essa dinâmica da conjuntura econômica atual. Embora no mês de abril seja possível observar os crescimentos no Comércio Varejista (+1%), no volume de Serviços (+1%) e na Produção Industrial (+0,6%), na sua grande maioria estes não foram suficientes para reverter as quedas acumuladas ao longo do ano - apenas a produção de Bens de Capital apresenta uma variação positiva de 1,9% neste período, em grande medida associada à demanda do setor agrícola. Além disso, quando se comparam os dados de abril de 2017 com o mesmo mês do ano anterior, percebe-se que, com exceção do Comércio Varejista, em todos os demais ainda são registradas

reduções importantes, o que indica que, apesar das referidas oscilações positivas no comparativo mensal, os motores da economia brasileira ainda estão rodando em um ritmo inferior ao que era verificado em abril de 2016, último mês de governo Dilma.

Tomados os números abaixo em detalhes, deve-se assinalar também que os segmentos que mostraram algum poder de reação no mês de abril são em geral associados à demanda de setores de atividade voltados para a exportação. É o caso, por exemplo, da expansão registrada nas atividades de Transporte e Armazenagem (+1%), diretamente beneficiadas pelo fluxo de comércio exterior, e mesmo do crescimento da produção de Bens de Capital (+1,6%), o qual, segundo o informativo da PIM<sup>1</sup>, avança principalmente nos segmentos que produzem máquinas e equipamentos para produção agrícola e também para o setor automotivo. A respeito da evolução esperada para a Produção Industrial até o fim de 2017, cabe mencionar que a mediana das estimativas informada em 19 de junho pelo boletim Focus do Banco Central caiu de +1,3% para 0,6% em apenas trinta dias, o que revela também que o próprio mercado não parece mais apontar para a recuperação anunciada ao final do primeiro trimestre.

## INDICADORES ECONÔMICOS SELECIONADOS

	ABRIL DE 2017		
	Sobre Março	Sobre Abril/2016	Acum. no ano
Comércio Varejista (volume)	1,0%	1,9%	-1,6%
Comércio Varejista Ampliado	1,5%	-0,4%	-1,8%
Serviços (volume)	1,0%	-5,6%	-4,9%
<i>Prestados às Famílias</i>	0,0%	-3,5%	-4,3%
<i>Informação e Comunicação</i>	-0,2%	-2,2%	-1,0%
<i>Profissionais e Administrativos</i>	0,0%	-11,4%	-9,9%
<i>Transporte e Armazenagem</i>	1,0%	-1,5%	-2,8%
<i>Atividades Turísticas</i>	-2,0%	-6,4%	-7,1%
Indústria (produção física)	0,6%	-4,5%	-0,7%
<i>Bens de Capital</i>	1,5%	-5,5%	1,9%
<i>Bens de Intermediários</i>	2,1%	-3,0%	-1,0%
<i>Bens de Consumo</i>	-0,4%	-7,9%	-6,5%

Fonte: IBGE (PMC; PMS; PIM)

## Comércio Exterior

Conforme mencionado acima, o setor externo tem sido a principal força motriz da economia brasileira, impulsionando o setor agrícola e contribuindo de forma decisiva no crescimento de 1% do PIB auferido neste primeiro trimestre de 2017. No acumulado do ano até a terceira semana de junho, o saldo comercial brasileiro alcançou 32,6 bilhões de dólares, graças a um total exportado de 98,2 bilhões frente a 65,6 bilhões de dólares de importações. Como

se pode observar na tabela abaixo, a média diária das exportações alcançou o seu maior valor durante o mês de abril (982,3 milhões de dólares) quando também foi registrado o maior superávit comercial do ano (386,9 milhões de dólares por dia). Desde então, registram-se algumas oscilações das médias diárias, com uma leve queda das exportações entre abril e junho, um pequeno aumento das importações e, conseqüentemente, uma pequena redução do saldo comercial.

## INDICADORES DO COMÉRCIO EXTERIOR

Média diária - em US\$ milhões FOB

2017	Exportação	Importação	Saldo
Janeiro	677,7	554,5	123,2
Fevereiro	859,4	606,3	253,1
Março	872,9	562,7	310,1
Abril	<b>982,3</b>	595,4	<b>386,9</b>
Maio	899,6	551,4	348,2
Junho*	934,4	<b>608,5</b>	325,9

Fonte: SECEX/MDIC

(\*) Até a 3ª semana do mês.

Mas o resultado mais significativo no que diz respeito à evolução do comércio exterior neste mês de junho pode ser observado na tabela abaixo, onde estão discriminadas as médias diárias das exportações por *Categoria de Produto*. Apesar de ser ainda uma variação pontual, limitada ao compa-

rativo entre as médias diárias dos meses de maio e junho do presente ano, os dados indicam uma ampliação significativa das exportações de bens semimanufaturados de 12,8% (resultado fortemente concentrado nas exportações de petróleo e derivados), seguida por uma expansão de 4,9% de

bens manufaturados (impulsionado principalmente pelo crescimento das vendas externas do setor automobilístico) e de apenas 0,4% dos produtos básicos. Ou seja, a despeito da forte concentração na exportação de commodities, ao menos neste mês de junho foi observada uma ligeira melhora na

nossa pauta exportadora, graças ao crescimento da demanda externa de algumas categorias de produtos que ainda têm um importante peso relativo em nossa estrutura produtiva e que puderam encontrar na demanda externa um escoadouro para a produção nacional.

### EXPORTAÇÕES MÊS DE JUNHO\*

(por categoria de produtos)

	Média Diária (em US\$ milhões)	Varição (Jun/Mai)
Básicos	442,9	0,4%
Semimanufaturados	327,6	12,8%
Manufaturados	142,5	4,9%
Operações Especiais	21,5	7,8%
Total	934,4	3,9%

Fonte: SECEX/MDIC

(\*) Até a 3ª semana do mês.

### Inflação e política monetária

A inflação brasileira continua em trajetória descendente, acentuando o ritmo de queda para além daquele anteriormente previsto pelo conjunto de instituições que informa o boletim *Focus* do Banco Central. De acordo com os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no início de junho, em maio a inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) foi de apenas 0,31%, o que corresponde à mais baixa taxa para um mês de maio desde 2007. Em termos acumulados, nos últimos doze meses, o IPCA variou 3,60%, também o menor percentual desde 2007 e significativamente menor do que os 4,08% registrados no acumulado de doze meses encerrado em abril. Pouco se comentou na imprensa sobre esta aceleração da queda dos preços registrada nos últimos meses, mas o dado de maio parece ser um indicativo de que a depressão econômica já flerta com a deflação de preços. De fato, se no cálculo do IPCA de maio fosse desconsiderada a contribuição da elevação do preço das despesas com Habitação (+0,32 pontos percentuais), que aumentaram principalmente por conta da elevação do preço da energia elétrica (+0,29 p.p.), teria sido registrada já em maio uma deflação de -0,1%. Além disso, de acordo com as estimativas do chamado grupo Top 5 do boletim *Focus* (composto pe-

las cinco instituições que mais acertam suas previsões) o IPCA do mês de junho deverá registrar uma deflação de -0,16%.

Porém, a despeito desse comportamento cadente das taxas de inflação, o Banco Central, que tinha sinalizado com uma possível e mais do que necessária aceleração do ritmo de redução da taxa básica de juros, limitou-se, na última reunião do Copom, a baixar a Selic em apenas um ponto percentual, sob a alegação de que as instabilidades irradiadas da esfera política exigem maior cautela na condução da política monetária nos próximos meses. Com isso, a se tomar em conta a opinião daqueles mesmos analistas ouvidos pelo boletim *Focus*, já não se acredita em uma taxa de juros menor do que 8,5% no final do ano, o que significa que, diante de uma expectativa de inflação cadente, terminaremos 2017 com uma taxa de juro real mais elevada do que aquela que era estimada há apenas algumas semanas atrás. Como nossa economia se encontra estacionada no fundo do poço e não se vislumbra nenhum indicativo consistente de recuperação da demanda agregada, esse excesso de conservadorismo do Banco Central, que mira uma taxa de juro real no final de 2017 entre 4% e 5% é, mais do que um equívoco injustificável, uma comprovação de seu renitente compromisso com os interesses dos grupos financeiros que atuam no país em detrimento dos interesses do conjunto da sociedade brasileira.

## Setor Público

No que se refere à evolução das contas públicas, os últimos dados divulgados pela equipe econômica do governo Temer revelam mais um estrondoso fracasso. A despeito de repetirem alguns bordões que compõem o hino da austeridade, o máximo que conseguem é colher receitas tributárias cada vez menores do que as previstas na Lei Orçamentária Anual (LOA). De acordo com os dados relativos aos quatro primeiros meses do ano, houve uma frustração de receitas na esfera federal da ordem de 19,6 bilhões de reais<sup>2</sup>. Se considerados os resultados apurados pela Receita Federal para o último mês de maio, houve uma queda real da arrecadação federal de 0,96% em relação ao montante apurado no mesmo mês do ano anterior. Contribuíram para essa queda as fortes reduções das receitas com IPI (-12,6%), com o IRPJ (-11,63%) e com a Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (-16,65%).

Além disso, como crescem a olhos vistos as barganhas políticas à medida em que o governo se afunda na falta de legitimidade, na ponta do gasto vão sendo liberados algumas dezenas de bilhões de reais cuja eficácia econômica é quase nula. Além da manutenção casuística das desonerações tributárias (de janeiro a maio deste ano o montante já supera os 35 bilhões de reais), o mais recente exemplo desta temerária gestão fiscal é o caso do crédito acertado entre o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e os governos de estado, cujo montante poderá chegar a trinta bilhões de reais e que, na prática, significa apenas uma gigantesca pedalada fiscal, por meio da qual o banco lança o crédito em favor dos estados, os quais se comprometem a utilizá-lo tão somente para abater dívidas com a União. Ou seja: essa operação nada mais é do que um bilionário estratagema de contabilidade criativa por meio do qual o caixa do BNDES é utilizado para compensar o abismo fiscal

que resulta da cega busca pela austeridade em tempos de inanição da atividade econômica.

## Em síntese

Os frágeis sinais de vida que ainda são observados na economia nacional parecem confirmar uma trajetória esperada diante de um governo que se apoia sem constrangimento em dois pés de barro: a ideologia liberal dos interesses financistas que lhe dão sustentação na mídia e os interesses particulares dos grupos políticos que lhe garantem apoio no Congresso. Desde que Michel Temer assumiu o comando do país, em 12 de maio de 2016, o que se verifica é uma absoluta omissão no que diz respeito à política econômica, quanto mais porque o país enfrenta a pior crise recessiva de toda a sua história. Apesar do desemprego em patamares inéditos (são catorze milhões de desempregados e mais doze milhões subempregados) ou da menor taxa de investimento dos últimos vinte anos, Temer e seus ministros da área econômica têm ouvidos apenas para as demandas do mercado financeiro. Tudo o que fazem, mas principalmente tudo o que deixam de fazer, segue um único e claro objetivo: reformar a esfera pública e toda sua estrutura de gastos para que reste garantido um fluxo seguro e regular de receitas fiscais destinado a arcar com os chamados serviços da dívida pública. Para essa gente, nada além disso interessa, nada além disso parece fazer sentido. Como acreditam – ou dizem acreditar – que no capitalismo atual a “confiança” é, em última instância, a única variável relevante que deve ser alvo das ações governamentais, vendem aos incautos pagadores de impostos a ideia de que o governo, apesar de ilegítimo e sustentado em colossais esquemas de corrupção, dedica-se à restauração da confiança. Não fosse essa a causa da tragédia nacional que faz o país regredir algumas décadas, seria talvez até risível.

### Para ver mais, consultar

1. Veja publicação completa da Pesquisa Industrial Mensal em: <https://goo.gl/xcB5CG>
2. Sobre a queda na arrecadação de tributos federais, veja em: <https://goo.gl/XDng5d>